

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE PREGÃO PELA INTERNET

RETIFICADO

OBJETO: Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, conforme descrição constante dos anexos.

DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RG.....cargo/função.....

Empresa.....

Endereço.....

CNPJ CEP

Bairro Cidade Estado

Fone.....fax.....obs.....

E-mail:

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que CONFERIU E RETIROU, toda a documentação referente ao **Pregão n.º 014/2020**, atestando que foram fornecidas todas as informações necessárias e suficientes para elaboração da proposta comercial, bem como dos documentos necessários para habilitação.

Adquirente/assinatura

Ribeirão Pires,de2020.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, por meio do fax (11) 4828-9865 ou pelo e-mail licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 014/2020 – RETIFICADO

Processo de Compras n.º: 7028/2019

Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, conforme descrição constante dos anexos.

Repartições Interessadas: Secretaria de Segurança Urbana.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data de recebimento dos envelopes: 24/03/2020 às 13:30 horas

Data de abertura dos envelopes: 24/03/2020 às 14:00 horas

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através de seu Secretário de Infraestrutura Urbana, fará realizar na sala de reuniões da Secretaria de Administração situado na Rua Miguel Prisco nº 288, Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, licitação na modalidade **PREGÃO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme anexos, para Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, conforme descrição constante dos anexos.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal n.º 5.269/03, e com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I – Modelo da Proposta e Planilha de Quantidades;

ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO III – Modelo de documento de credenciamento de representante da empresa a ser apresentado pelos interessados para participação na presente licitação;

ANEXO IV – Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação;

ANEXO V - Modelo de Declaração de ME e EPP;

ANEXO VI – Modelo de Declaração;

ANEXO VII – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração da licitante que tem conhecimento do local onde será executado os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado;

ANEXO IX - Minuta de Contrato;

ANEXO X – Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO XI – Decreto de nomeação do pregoeiro e equipe de apoio.

Os interessados em obter cópia do edital e respectivos anexos deverão acessar o site da Prefeitura: www.ribeiraopires.sp.gov.br.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Pregão tem como objeto a **Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal**, para contrato pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da “ordem de serviços”, emitida pela Prefeitura.
- 1.2. O valor total estimado da presente licitação é de **R\$ 172.100,64 (cento e setenta dois mil, cem reais e sessenta quatro centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente pessoas jurídicas que atenderem as exigências deste edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

2.2.1. sob processo de concordata ou falência, exceto empresa com plano de recuperação judicial homologada pelo Juiz;

2.2.2. impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Ribeirão Pires;

2.3. A licitante, através de profissional devidamente credenciado, **poderá visitar os locais para prestação de serviços (Anexo VII)**, para avaliar suas condições operacionais, locais, ambientais e demais informações pertinentes ao objeto desta licitação, a partir do primeiro dia útil posterior à publicação do edital até um dia anterior a data da presente licitação. A visita é opcional e deverá ser agendada de forma individual, através do telefone (11) 4828-5509, na Secretaria de Segurança Urbana, ao qual, será fornecido “Atestado de Visita”, **que irá compor o envelope “Proposta”**.

2.3.1. A empresa que não desejar realizar a visita técnica deverá apresentar declaração, assinada pelo representante legal, de que está ciente das rotas a serem executadas, e cumprirá o objeto do presente edital, sob pena de inabilitação **(Anexo VIII)**.

3. DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues, até o dia **24 de março de 2020, às 13:30 horas**, impreterivelmente, na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, n.º 288, Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, onde serão protocolizados.

3.2. A abertura dos envelopes se dará no mesmo dia às **14:00 horas**, no mesmo endereço acima indicado, na sala de licitações, em ato público.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTAÇÃO

4.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"

O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita, bem como os demais documentos exigidos neste edital, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 01
PREGÃO N.º 014/2020
ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"
PROPONENTE:.....

4.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO"

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

O envelope 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 02
PREGÃO Nº 014/2020
ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"
PROPONENTE:.....

5. DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

5.1. Aberta a sessão pública, a empresa deverá se apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar do presente procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato do credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou qualquer outro documento oficial equivalente (**ANEXO III**);

5.1.1. No ato do credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar Declaração Prévia de Habilitação (**ANEXO IV**), “dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório”, em cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do Artigo 4.º da Lei Federal 10.520/02. A não apresentação desta declaração, desclassificará a proposta da empresa.

5.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.2.1. Instrumento Público de Procuração, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado, para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos, com prazo de validade em vigor;

5.2.2. Instrumento Particular de Procuração, com firma reconhecida, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos;

5.2.3. Os Instrumentos relacionados nos itens 5.2.1 e 5.2.2 deverão estar acompanhados dos documentos a seguir arrolados, de forma a comprovar que a procuração foi feita por quem tinha poderes para tanto, bem como aferir se há pertinência e compatibilidade do objeto social da credenciada com o objeto licitatório, conforme segue:

5.2.3.1. Contrato Social ou Estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Empresária, e no caso de Sociedade Anônima acompanhado de documentos de eleição/designação de seus administradores (última Ata de Eleição);

5.2.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresa Individual;

5.2.3.3. Inscrição de Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.2.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

5.2.3.5. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda, juntada cópia autenticada do instrumento de procuração, do qual não deve constar vedação expressa da possibilidade de substabelecer.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.2.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, pelos documentos acima arrolados que comprovem estas qualidades, bem assim seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária das representadas;

5.4. Os documentos supracitados poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente e serão retidos pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a esta licitação;

5.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

5.6. Por ocasião do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, a empresa deverá, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº 123/06, apresentar além dos demais documentos já exigidos, declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte (**ANEXO V**), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

5.6.1. A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

5.7. A falta da declaração comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da presente licitação, mas tão somente dos benefícios da referida Lei Complementar nº 123/06.

5.7.1. Caso a licitante tenha pretendido se utilizar do benefício da regularidade fiscal em momento posterior e não tenha sido qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será na fase de habilitação, INABILITADA.

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, com as respectivas identificações, contendo:

6.2. Do envelope N.º 01 – Proposta de Preços:

6.2.1. O envelope n.º 01 deverá conter a Proposta de Preços, nos termos do modelo constante do Anexo I.

6.2.2. A Proposta de Preços deverá indicar o(s) item(ns) ofertado(s), observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, os respectivos preços unitários e totais expressos em algarismos, no qual a empresa se propõe a ofertar.

6.2.3. A Proposta deverá ser apresentada em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, redigida em apenas uma face da folha, datilografada ou digitada, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

6.2.3.1. Razão Social, endereço, CNPJ, telefone e fax.

6.2.3.2. O preço mensal da locação, expresso em algarismos, conforme Anexo I do edital.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.2.3.3. O preço total da proposta, considerando-se o prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses;

6.2.3.4. Os preços ofertados devem ter como referência o pagamento em 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal.

6.2.3.5. A proponente deverá ofertar seu preço, computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado.

6.2.3.6. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo 60 (sessenta dias) corridos, contados da abertura do envelope 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS.

6.2.3.7. Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente. O descumprimento deste item não acarreta a desclassificação da proposta da licitante.

6.2.3.8. Assinatura e identificação do responsável pela empresa (sócio(a) ou diretor(a)).

6.2.3.9. É obrigatório a apresentação na proposta de preços os catálogos impressos ou cópia reprográfica legível do produto e dos itens da composição do conjunto em português.

6.3. Do envelope N.º 02 - Documentos de Habilitação:

6.3.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

6.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

6.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.2. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

6.3.2.1. Atestado(s) de desempenho(s) anterior(es), de atividade(s) pertinente(s) e compatível(eis) com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, indicando local, natureza, volume, quantidade, prazos e outros dados característicos do serviço realizado;

6.3.2.2. A empresa licitante deverá possuir em seu quadro de funcionários no mínimo 02 (dois) técnicos certificados pelo fabricante do equipamento ofertado para locação atestando o conhecimento da tecnologia digital referente ao objeto desta licitação.

6.3.2.3. A empresa licitante deve possuir em seu quadro permanente, ou terceiro contratado, na data da apresentação da proposta, profissional devidamente registrado no Conselho Federal dos Técnicos – CFT, responsável técnico dos serviços.

6.3.2.3.1. A comprovação do vínculo profissional poderá ser através de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho/prestação de serviços.

6.3.2.4. A empresa licitante deverá ser certificada pelo fabricante dos equipamentos de rádio comunicação como Revenda Autorizada apresentando documento que o comprove.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.3.3. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

6.3.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

6.3.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

6.3.3.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

6.3.3.5. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.3.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

6.3.4. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

6.3.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

6.3.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

6.3.4.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

6.3.4.5. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.4.6. Declaração da licitante de que inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.

6.3.4.7. Indicação de quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor.

6.3.5. A documentação relativa à Regularidade Econômica - Financeira consiste em:

6.3.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

6.3.5.2. Certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data fixada para abertura das propostas.

6.3.5.2.1. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do TCE/SP).

6.3.5.3. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.3.5.4. Quando a licitante for empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

6.3.5.4.1. Nesse caso, a licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

6.3.5.5. Todos os documentos exigidos aos licitantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.3.5.6. As licitantes inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, poderão apresentar o respectivo cartão, com prazo de validade em vigor na data prevista para sessão de abertura deste certame, no envelope "DOCUMENTAÇÃO", o qual **substituirá** as exigências habilitatórias constantes nos **itens 6.3.1, em sua totalidade** e no **subitem 6.3.3.1**.

6.4. DECLARAÇÕES / OUTROS

6.4.1. As empresas licitantes deverão **apresentar declaração** sob as penas da lei, nos termos do ANEXO VI, devidamente assinada pelo representante legal de que:

a) inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.

b) que, para fins do disposto no inciso V, do art.27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

c) que se obriga a manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

d) indicação de quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

6.5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.5.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.5.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1. Os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão observarão o disposto no Decreto Municipal n.º 5.268/03 e os seguintes:

7.1.1. No dia, hora e local designados neste edital, as licitantes deverão estar legalmente representadas por sócio, diretor ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste edital.

7.1.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente e também aquelas acima da média estimada para a licitação.

7.1.2.2. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços.

7.1.3. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.1.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.3.2. Não serão homologados lances com valores superiores ao estimado pela Administração.

7.1.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.1.5. No caso de empate em duas ou mais propostas, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.5.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.1.4 deste edital, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese do item 7.1.4.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.5.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.1.4.1. deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique, aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.1.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta que oferecer menor preço com o parâmetro de preço definido no termo de referência constante nos autos, bem como sua exequibilidade.

7.1.7. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados.

7.1.7.1. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

7.1.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa.

7.1.7.3. Todos os lances ofertados serão registrados em uma lista de classificação provisória que, ao final, será substituída por uma lista de classificação definitiva.

7.1.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de 1% (um por cento) entre os lances, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.

7.1.9. Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.

7.1.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, a qual terá como critério o menor preço, observados os prazos máximos para entrega, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

7.1.11. Examinada a proposta classificada definitivamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

7.1.12. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar.

7.1.13. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor.

7.1.14. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.1.15. Ao licitante que tiver a intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, e demais atos decorrentes da sessão, somente lhe será dada a palavra ao final da sessão, quando este poderá manifestar-se.

7.1.16. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata aos autos.

7.1.16.1. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.1.16.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no item 7.1.16, importará na decadência do direito de recurso e na declaração do pregoeiro do licitante vencedor.

7.1.17. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, para homologação do certame e adjudicação do objeto, podendo revogar a licitação nos termos da Legislação em vigor.

7.1.18. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até a expirar-se a validade das propostas apresentadas.

7.1.18.1 Superada a etapa da assinatura do termo de compromisso, as licitantes deverão retirar os envelopes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados.

7.1.19. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital.

7.1.20. Nas situações previstas nos itens 7.1.5 e 7.1.6, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

7.1.21. Para efeito da avaliação da qualidade dos produtos licitados, poderá a Contratante realizar inspeções e demais diligências nas instalações das Licitantes, se julgar necessárias, ou solicitar a juntada de laudos técnicos expedidos por entidades oficiais ou particulares, de reconhecida idoneidade;

7.1.22. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, verificar a exatidão das informações prestadas pelos licitantes. Caso seja constatada a inveracidade de alguma informação, o licitante sofrerá as penalidades cabíveis.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A prestação dos serviços, objeto desta avença, será executado diretamente e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito.

8.2. Os equipamentos deverão ser entregues, programados e colocados em funcionamento pela contratada, de acordo com as necessidades técnicas operacionais, no prazo de 20 dias a contar da data de assinatura do contrato.

8.3. O equipamento deverá estar em ÓTIMO estado de conservação e que atenda as especificações mínimas contidas no Termo de Referência (ANEXO II).

8.4. A empresa deverá providenciar manual técnico (em português) do equipamento locado;

8.5. A empresa vencedora deverá prestar manutenção preventiva e corretiva (com prazo máximo de atendimento de 48 horas após abertura do chamado), bem como realizar todas as etapas de instalação, configuração, ajuste, teste e treinamento nos diversos níveis técnicos operacionais envolvendo o projeto, sem custos adicionais, que serão definidos em comum acordo entre as partes. E serão sempre acompanhados por um representante do Setor.

8.6. Caso haja necessidade de troca de peças, todos os custos serão por conta da empresa contratada. Nos casos de substituição do equipamento, esta deverá ser feita no prazo máximo de 48 horas, na qual será fornecido equipamento com as mesmas configurações ou superior.

8.7. Caso seja necessária uma avaliação dos equipamentos e materiais apresentados pela empresa vencedora, será agendada uma visita/demonstração;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.8. A CONTRATADA deverá emitir relatório dos serviços prestados para efeito de pagamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

9.1. Responsabilizar-se-á, direta e exclusivamente, pelos equipamentos, objeto deste contrato, respondendo por seus empregados e prepostos, nos termos da Lei, por todos os danos e prejuízos que, na execução dos serviços, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar a Prefeitura ou a terceiros, devendo, especialmente:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas e previdenciários respectivos, recolhendo todos os tributos devidos por Lei, dentro dos prazos estabelecidos;

9.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou avarias causados pelos seus empregados ou prepostos;

9.2. Todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos são de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.

9.3. É vedado ao licitante vencedor da licitação transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem anuência da CONTRATANTE.

9.4. Disponibilizar os equipamentos, de acordo com as instruções estabelecidas pela Prefeitura, em consonância com o conteúdo da proposta apresentada na Licitação.

9.5. Fica a(s) licitante vencedora(s), obrigada a manter todas as condições da habilitação, durante todo o prazo de execução contratual.

10. CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. A licitante vencedora deverá apresentar cópia autenticada ou emitida pela rede mundial de computadores (neste caso deverá ter o endereço eletrônico para verificação) do Certificado de Homologação ou de Registro expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL dos equipamentos estação base móvel, fixa, portátil e repetidora ofertados para locação, onde deverá constar o nome da empresa proponente (licitante), caso o Certificado não esteja em seu nome (licitante vencedora), deverá apresentar o certificado do produto ofertado, acompanhada de declaração subscrita pelo detentor da certificação (requerente da certificação) autorizando a utilização do certificado pela licitante, direcionada a este órgão referindo-se ao processo Licitatório Conforme estabelecido pela ANATEL na RESOLUÇÃO nº 242 de 30 de Novembro de 2000, Art. 32.

10.2. A licitante vencedora deverá ser certificada pelo fabricante dos equipamentos de rádio comunicação como Assistência Técnica Autorizada, apresentando documento que o comprove, referente ao ano vigente.

10.3. A licitante vencedora deverá ter certificação válida emitida por órgão ou empresa credenciada junto ao instituto nacional de metrologia atestando que atende as normas IEC 60079-19:08 e IEC 60079-11:06, da portaria 179 de 18 de maio de 2010 e norma ABNT NBRIEC 60079-19:2008 itens 4,6 e anexos A e B.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Para recebimento do pagamento pelo fornecimento do objeto, a licitante vencedora emitirá as respectivas faturas.

11.2. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

11.3. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças,

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

11.4. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

12. PENALIDADES

12.1. A licitante vencedora, que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas as penalidades previstas Cláusula Sétima da Minuta de Contrato, que faz parte integrante deste edital.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Além do recurso administrativo já referido neste edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal n.º 5.269/03, e pela Lei Federal n.º 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

13.2. Os recursos cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, serão dirigidos ao Senhor Secretário de Segurança Urbana, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizados na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288, Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As eventuais despesas quando da utilização dos serviços oriundos do presente Pregão correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas sob n.º: 3.3.90.39.00 06.181.0005.2.002.

14.2. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital de Pregão, ou ainda impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no artigo 16 do Decreto 5269/03 e no art. 41, § 2º, da Lei 8.666/93. Tal impugnação deverá ser protocolizada na Gerência de Suprimentos cujo endereço consta no preâmbulo deste.

14.2.1. A autoridade superior deverá decidir sobre a impugnação, no prazo legal, antes da abertura do certame.

14.2.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do presente Pregão.

14.3. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

14.4. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

14.5. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da apresentação de CPF e RG, em se tratando de pessoa física; e, em se tratando de pessoa jurídica, do respectivo Ato Constitutivo (por documento original, cópias autenticadas ou cópia simples para serem autenticadas por servidor da Gerência de Suprimentos antes do protocolo da referida impugnação).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

14.5.1. Caso a impugnação seja assinada por procurador, deverá anexar o Instrumento de Procuração que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

14.6. A licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação por escrito e autorização da Prefeitura, assinar o Compromisso de Fornecimento na pessoa do representante legal, ou de mandatário devidamente habilitado para tanto.

14.7. Os autos do processo de licitação somente terão vista franqueada aos interessados a partir da intimação das decisões recorríveis.

14.8. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

14.9. Nos termos do Decreto Municipal n.º 6.679/17, o pregoeiro designado para a presente licitação é o Sr. Adriano Dias Campos, auxiliado pela equipe de apoio nomeada pelos Decretos n.º 6.681/17; 6808/18 e 6889/19. Na ausência do Pregoeiro designado, procederá a licitação qualquer outro pregoeiro presente, nomeado pelo decreto acima.

Ribeirão Pires, 06 de março de 2020.

ADRIANO DIAS CAMPOS
Pregoeiro

JOSÉ LUIS MARTINS NAVARRO
Secretário de Segurança Urbana

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

A N E X O I - MODELO DE PROPOSTA E PLANILHA DE QUANTIDADES

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 014/2020

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., inscrição estadual n.º, estabelecida à Av./Rua, n.º, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, conforme descrição constante dos anexos.**

Item	Qtde.	Apres.	Descrição Completa	R\$ Unitário Mensal	R\$ TOTAL MENSAL
1	1	UN.	Estação Repetidora Digital 50W UHF 16 CH		
2	8	UN.	Estação de Base Móvel Digital 25W UHF 16 CH		
3	3	UN.	Estação de Base Fixa Digital 25W UHF 64 CH		
4	30	UN.	Estação Portátil Básica Digital 4W 16 CH		
5	4	UN.	Microfone Remoto para Estação Portátil Básica Digital 4W 16 CH		
6	2	UN.	Estação Portátil Básica I.S. Digital 1W UHF 32 CH		
			VALOR TOTAL MENSAL		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (12 MESES)					

- 1 - Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura. Nos preços estão incluídas todas as despesas com o fornecimento, inclusive tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento.
- 2 - A empresa compromete-se a cumprir a ordem de serviço em 10 (dez) dias úteis contados da solicitação emitida pela Contratante.
- 3 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".
- 4 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

NOME DO BANCO N°

NOME DA AGÊNCIA N°

NÚMERO DA CONTA

5 - Declaramos conhecer e nos submeter integralmente a todas as demais cláusulas e condições do Edital de Licitação, Anexos, integrantes desta proposta.

Local, ____ de _____ de 2020.
(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência tem como objetivo apresentar as condições de fornecimento de equipamentos para locação de Sistema de Transmissão de voz digital incluso equipamentos, instalação, implantação, configuração, manutenção preventiva e corretiva.

Item	Qtde.	Apres.	Descrição Completa	R\$ Unitário Mensal	R\$ TOTAL MENSAL
1	1	UN.	Estação Repetidora Digital 50W UHF 16 CH	2.370,00	2.370,00
2	8	UN.	Estação de Base Móvel Digital 25W UHF 16 CH	476,67	3.813,36
3	3	UN.	Estação de Base Fixa Digital 25W UHF 64 CH	575,00	1.725,00
4	30	UN.	Estação Portátil Básica Digital 4W 16 CH	190,00	5.700,00
5	4	UN.	Microfone Remoto para Estação Portátil Básica Digital 4W 16 CH	31,67	126,68
6	2	UN.	Estação Portátil Básica I.S. Digital 1W UHF 32 CH	303,34	606,68
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 14.341,72	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (12 MESES)				R\$ 172.100,64	

1. DO SISTEMA

1.1. O serviço de locação pretendido deverá possuir equipamentos com os recursos eletrônicos que proporcionem uma comunicação digital e segura possibilitando chamadas ponto a ponto e chamada em grupo através de sistema de repetição e operar em roaming.

1.2. O Sistema pretendido deverá possuir modulação digital, operando na faixa de UHF-FM 403 a 470 MHz nas frequências de operação outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações para esse fim, sendo as mesmas fornecidas pelo projeto básico da Contratada, aprovada pela ANATEL.

1.3. Os equipamentos de rádio deverão operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis às recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL irão prevalecer.

1.4. Configuração das frequências radioelétricas na faixa de UHF-FM, faixa de 403 a 470 MHz para uso em Serviço Limitado, para todas as estações que compõem o sistema pretendido (Estações Repetidoras, Estações Fixas, Estações Móveis e Estações Portáteis), com modulação digital, de forma que a(s) rede(s) estejam de plena conformidade com os ditames legais.

2. MÁQUINAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS:

Os equipamentos ofertados devem cumprir os requisitos:

2.1. Compatibilidade eletromagnética descritos na resolução ANATEL 237 de 09/11/2000.

2.2. Atender às Normas do MINICOM com relação à emissão de frequências radioelétricas, bem como a Norma "MIL 810 C, D, E e F" no que concerne, principalmente, à robustez do equipamento no trabalho policial e a sujeição do mesmo às variações climáticas de temperatura e umidade referentes ao Estado de São Paulo.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.3. Entregar os equipamentos com selo ANATEL, observadas as regras de composição da logomarca ANATEL, Código de Homologação e Código de Barras, conforme especificado no Artigo 39 do Regulamento anexo à Resolução 242.

2.4. O selo ANATEL deverá estar afixado no produto em parte não removível, ser confeccionado com materiais compatíveis e duráveis, assim como apresentar, de forma legível e indelével, as informações relativas à homologação e à identificação do produto.

2.5. A contratada deverá possuir todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços.

2.6. A contratada deverá possuir e utilizar ferramentas, equipamentos e dispositivos aprovados e/ou recomendados pelo fabricante para desmontagem, montagem e execução de manutenção.

2.7. A fiscalização poderá exigir por inadequada ou sem condição de uso, a substituição de qualquer maquinário, equipamento ou ferramenta da Contratada, tais fatos não será justificativa para eventuais atrasos nos serviços, nem exime a Contratada sobre a qualidade dos equipamentos.

2.8. Todos os materiais a serem utilizados nos serviços serão fornecidos pela contratada.

3. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

3.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A Manutenção Preventiva, cujo objetivo é diminuir as possibilidades de paralisações, contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais e compreende: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento do sistema, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, revisões parciais ou totais mediante a coleta dos parâmetros elétricos dos equipamentos, bem como inspeções visuais, reaperto, e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo o sistema interno e externo, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos. Além disso, pode-se registrar a deterioração dos equipamentos para que as peças desgastadas sejam reparadas ou substituídas antes que causem desgastes ou falhas do sistema do equipamento. O programa de manutenção preventiva ideal seria evitar qualquer falha do equipamento antes que ela ocorra.

É de responsabilidade da Contratada a visita a cada 90 dias para avaliar o sistema e prever problemas que possam ocorrer por motivos naturais ou por falhas, e será emitido um relatório da avaliação realizada.

3.2. TROCA DE PEÇAS E PARTES

A Substituição de peças e partes com vida útil vencida, (desgaste natural) que possam ocasionar problemas no funcionamento do sistema, será realizada por profissional técnico qualificado sem ônus para a contratante, salvo os casos em que forem constatados mal uso do equipamento, acessórios e componentes de infraestrutura; Quando for constatado mal uso serão cobrados da contratante as partes e peças utilizadas na manutenção do equipamento, acessórios e infraestrutura que compõem o sistema.

3.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA

Entende-se por manutenção corretiva, aquela destinada a rever instalações, remover os defeitos de funcionamento de qualquer natureza apresentados pelos materiais, equipamentos

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

e instalações. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada, sempre quando solicitado no período de segunda a sexta das 9:00 horas as 18:00 horas.

A Manutenção corretiva se estende a todos os equipamentos pertencentes ao sistema contratado a substituição de peças e partes com vida útil vencida, (desgaste natural) que ocasionar problemas no funcionamento do sistema, será realizada por profissional técnico qualificado sem ônus para a contratante, salvo os casos em que for constatados mal uso do equipamento, acessórios e componentes de infraestrutura, quando for constatado mal uso serão cobrados da contratante as partes e peças utilizadas na manutenção corretiva do equipamento, acessórios e infraestrutura que compõem o sistema.

3.4. REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada deverá designar para a realização dos serviços, somente funcionários devidamente habilitados e capacitados tecnicamente, com conhecimento do Sistema em operação para prestar o serviço.

Caso a natureza do serviço a ser executado exija ou cause interrupções no funcionamento dos equipamentos, ou qualquer problema anormal ao funcionamento da Central de Atendimento e Despacho, os serviços poderão ser programados para outros horários e dias, mediante prévia anuência da contratante.

Caso o responsável técnico da contratada julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para funcionamento seguro e eficiente do Sistema de Radiocomunicação, deverá a empresa submeter o assunto a contratante.

Caso seja necessário a contratada se compromete a substituir o técnico por outro, em razão de conduta inconveniente ou incapacidade técnica.

3.5. FORMAS DE ATENDIMENTO

Os atendimentos poderão ser realizados das seguintes formas:

A) Remotamente. (1º nível)

Quando a situação exigir apenas suporte ou esclarecimento técnico.

B) Localmente. (2º nível)

Quando a solução da falha exigir a presença da CONTRATADA em campo para detectar e substituir equipamentos, peças ou acessórios danificados.

A manutenção de segundo nível é todo procedimento corretivo que é realizado no local onde o equipamento está instalado. Consiste no restabelecimento do sistema mediante a execução local dos reparos necessários nos equipamentos e componentes defeituosos ou mesmo sua substituição por unidades sobressalentes, de forma a corrigir as falhas e promover o restabelecimento do sistema o mais rápido possível.

C) Laboratório. (3º Nível)

Para os casos de necessidade de execução de reparos em equipamentos, placas módulos e partes deverão ser utilizadas o laboratório da CONTRATADA que deverá estar equipado e certificado para reparar os equipamentos da marca objeto de locação.

3.6. CHAMADO TÉCNICO

Ao fim de cada visita de manutenção preventiva ou corretiva, a contratada deverá entregar uma cópia do chamado técnico com o resumo do atendimento realizado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

3.7. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

Em caso de furto, roubo, extravio, perda ou outros sinistros a contratante deverá informar a contratada, por meio de um comunicado por escrito, para que seja providenciada a substituição do equipamento, acessório ou materiais de infraestrutura e sua devida indenização por parte da contratante. O valor referencial para indenização será o descrito nas notas de implantação ou laudo de entrega.

4. TREINAMENTO

A contratada deverá fornecer treinamento do uso dos rádios fixos, móveis e portáteis aos usuários e monitores do solicitante. Este treinamento consiste no uso e manuseio do equipamento visando à plena utilização de seus recursos e conservação.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A contratada executará todos os serviços previstos e necessários que permitirá a perfeita utilização do sistema para o fim que se destina, com toda a perfeição técnica, não se aceitando qualquer justificativa para serviços mal executados ou alegação de inexistência de material e mão de obra especializada.

5.2. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;

5.3. Todas as peças a serem substituídas deverão ser originais do fabricante.

5.4. A contratada deverá obedecer a todas as recomendações do fabricante referente aos procedimentos de instalação e execução dos serviços.

6. CONDIÇÕES GERAIS E SEGURANÇA NO TRABALHO

6.1 É responsabilidade que a contratada possua pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, para a execução dos serviços em seu nome, observando rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

6.2 A contratada é responsável pelo transporte e alimentação dos seus funcionários;

6.3 A contratada deverá cumprir, rigorosamente, as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, de acordo com as leis e normas do Ministério do Trabalho.

6.4 Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e possuírem acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes sendo os acessórios e equipamentos de segurança compatíveis para cada tipo de trabalho;

6.5 A contratada é a única responsável por garantir que seus funcionários estão habilitados a executar os serviços solicitados neste termo.

6.6 A Contratada é responsável perante a contratante, por todos os atos de seus funcionários durante a execução dos serviços. Devendo afastar imediatamente, qualquer um de seus funcionários cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela Contratante, correndo por conta única e exclusiva da contratada quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciários, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

decorrer. Os funcionários eventualmente afastados para serviços na Contratante deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica.

6.7 A Contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais a evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteiramente responsável;

6.8 Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação.

7. COMPOSIÇÃO DA ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL 50W UHF 16 CH

Visando atender a necessidade de comunicação da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, o site de estação repetidora pretendido deverá proporcionar uma comunicação segura modo digital. Sua operação deverá permitir chamadas por canal de repetição com as estações portáteis, bases moveis, bases fixas para no mínimo 2 grupos sem interrupção de chamada, utilizar tecnologia TDMA, devera possuir fonte interna.

8.1 ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- a) Banda de frequência UHF (403-470MHz)
- b) Capacidade de canal 16 CH
- c) Potência de saída RF 1-50 W
- d) Dimensões mínimas aproximadas: (A x L x P) 44mm x 483mm x 370mm
- e) Peso mínimo aproximado: 8,6 kg.
- f) Temperatura de operação -30°C a + 60°C
- g) Ciclo de serviço máximo 100%

8.1.2. RECEPTOR

- a) Espaçamento de canal 12.5/25KHz
- b) Estabilidade de frequência (-30°C, +60°C, +25°C) $\pm 0.5\text{ppm}$
- c) Sensibilidade típica 0,22uV
- d) Intermodulação 82dB
- e) Seletividade (TIA603D) 25/12,5 kHz 83 83/55dB
- f) Seletividade (TIA603) 25/12,5 kHz 83/68Db
- g) Seletividade (ETSI) 25/12,5 kHz 70/63Db
- h) Áudio nominal 0.5W
- i) Distorção de áudio <1%
- j) Zumbido e ruído 12,5kHz/25kHz -45/50dB

8.1.3. TRANSMISSOR

- a) Espaçamento de canal 12.5/25KHz
- b) Estabilidade de frequência $\pm 0.5\text{ppm}$
- c) Potência de saída 1-50 W UHF
- d) Ciclo de Operação Máxima 100%
- e) Atenuação de intermodulação 40Db
- f) Limitação de modulação $\pm 2.5\text{kHz}$ @ 12.5kHz / $\pm 5.0\text{kHz}$ @ 25kHz
- g) Zumbido e ruído FM -40dB @ 12.5kHz / -45dB @ 25kHz
- h) Emissão de espúrias conduzidas - 36 dBm < 1GHz, -30 dBm > 1GHz
- i) Potência de canal adjacente (TIA603D) 25/12, 5kHz 78/62dB
- j) Fidelidade de Modulação (4FSK) Erro FSK 5% Magnitude FSK 1%
- k) Resposta de áudio TIA603C
- l) Distorção de áudio <1%
- m) Zumbido e ruído 12,5/25Khz -45/50Db
- n) Tipo vocodificador digital AMBE+2

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

o) Protocolo Digital ETSI-TS102361-1/2/3

8.1.4. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

a) 01 Estação Repetidora digital 50W - UHF com licenças compatíveis ao sistema conforme descritivo acima

b) 01 Antena colinear 04 dipolos: ganho: 8,85 db / 10 dbi: polarização: vertical: faixa de frequência 403 – 470 mhz:

c) 01 Fonte de alimentação com flutuador 13,5 V 32 AMP:

d) 01 Bateria de chumbo-ácido estacionária com 150 AMP. Deve ter Tampa selada com sistema de labirinto evitando escape de eletrólito para o exterior, filtro antichama feito de pastilhas de material poroso, grades com tecnologia powerframe, possuir eletrólito em forma fluida para melhor dissipação térmica, possuir solda inter celular, ter separador de polímero microporoso de alta resistência, possuir indicador de teste ter certificação: Características elétricas: capacidade a 25°C(Ah) 100h – 115Ah; dimensões CxLxA 330x172x240mm peso 27,1 kg; torque mínimo/máximo 13,6N.m/20,3N.m: Tensão de flutuação de 13,2 a 13,8 V a 25°C; tensão de carga/igualização de 14,4 a 15,5V a 25°C;

e) 25 m de cabo cellflex ½ Estrutura: Condutor Interno: Alumínio Cobreado [mm (in)] 4.8 (0.19); Dielétrico: Polietileno Expandido [mm (in)] 11.3 (0.44); Condutor externo: Cobre Corrugado Anelar [mm (in)] 13.8 (0.54); Capa: Polietileno, PE [mm (in)] 15.8 (0.62); Propriedades Mecânicas; Peso aproximado: [kg/m (lb/ft)] 0.21 (0.142); Raio mínimo de curvatura, único dobramento: [mm (in)] 70 (3); Raio mínimo de curvatura, mais de um dobramento: [mm (in)] 125 (5); Momento de flexão: [Nm (lb-ft)] 6.5 (4.79); Força Máxima de tensão: [N (lb)] 100 (247); Recomendado/ Espaçamento máximo abraçadeira: [m (ft)] 0.6 / 1.0 (2.0 / 3.25); Propriedades Elétricas; Impedância Característica [Ω] 50 +/- 1; Velocidade de Propagação Relativa [%] 88; Capacidade [pF/m (pF/ft)] 76.0 (23.2) Indutância [μH/m (μH/ft)] 0.190 (0.058); Frequência máxima de operação [GHz] 8.8; Teste RMS [V] 8000 Pico de potência [kW] 38; RF Tensão de pico [V] 1950; DC - Resistência do condutor interno [Ω/km (Ω/1000ft)] 1.57 (0.48); DC - Resistência do condutor externo [Ω/km (Ω/1000ft)] 2.60 (0.79); Faixa de Temperatura Recomendada; Temperatura de armazenamento: [°C (°F)] -70 to +85 (-94 to +185); Temperatura de instalação: [°C (°F)] -40 to +60 (-40 to +140); Temperatura de operação: [°C (°F)] -50 to +85 (-58 to +185)

f) Kit Aterramento para cellflex 1/2:

g) 01 kit centelhador a gás NA-95 para proteção contra surtos de origem atmosférica, composto de uma cápsula cerâmica substituível e lacrada hermeticamente com gás inerte, com construção robusta com máximo desempenho na presença de umidade e variações bruscas de temperatura. Especificações elétricas: $V_{swr} \leq 1,3 : 1$; Impedância nominal 50 Ω; Potência máxima 150 watts; Perda máx. Por inserção $\leq 0,5$ db; Corrente máxima 10 ka; Resistência de isolação ≥ 1000 mΩ; Tensão de ruptura do tubo ≤ 700 v dc; Tensão típica 230v dc $\pm 20\%$; Faixa de frequência 0 ~ 6.0 ghz; especificações mecânicas: Comprimento total 68mm; Temperatura -40 / +70 C°; Terminações N Macho / N Fêmea; Acabamento Prata / Níquel; Diâmetro Máximo 30 mm; Peso 0,125 Kg

h) Duplexador médio UHF 4 cavidades 100W

i) Rack Piso 20Ux19x670mm com portas laterais com ventilação e bandeja

j) Régua com 8 tomadas

k) Conectores, suportes, rabichos, abraçadeiras e parafusos suficientes para a instalação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.1.5. COMPOSIÇÃO DA ESTAÇÃO DE BASE MÓVEL DIGITAL 25W UHF 16CH

Visando atender a necessidade de comunicação da administração direta e indireta da prefeitura do município de Ribeirão Pires equipamento de estação base móvel pretendido deverá proporcionar uma comunicação em modo digital e utilizar tecnologia TDMA. Sua operação deverá permitir chamadas por canal de repetição e ponto a ponto, deverá permitir sua identificação eletrônica.

O transceptor móvel deve possuir as características listadas abaixo:

- a. 16 Canais
- a. Comunicações de voz
- b. Modo direto de capacidade dual (somente na versão digital)
- c. Tela numérica
- d. Atende aos padrões de Rádio Móvel Digital (DMR)
- e. Atende às regras de Narrowbanding
- f. Classificação IP54
- g. Criptografia analógica
- h. Dimensões aproximadas: (Largura x Profundidade x Altura) 44 x 169 x 134 mm
- i. Peso mínimo aproximado 1.3 Kg
- j. Faixa de Frequência: 403-470 MHz
- k. Espaçamento de Canais 12,5 kHz / 25 kHz
- l. Estabilidade de Frequência $\pm 0,5$ ppm
- m. Consumo de energia Standby 0,81 A max
Recepção no áudio nominal 1-25 W: 11,0 A max
Transmissão 25-40 W: 14,5 A Max

8.1.5.1. TRANSMISSOR

- a) - Espaçamento de canal 12,5 kHz / 25 kHz
- b) - Saída de Potência RF baixa potência 1 - 25W alta potência 25 - 40W (UHF)
- c) - Interferência e ruído em FM -40 dB @ 12,5 kHz / -45 dB @ 25 kHz
- d) - Emissões conduzida e irradiada -36 dBm < 1 GHz / -30 dBm > 1 GHz
- e) - Resposta de Áudio TIA603D
- f) - Distorção de Áudio 3%
- g) - Modulação FM 12,5 kHz: 11K0F3E
25 kHz*: 16K0F3E
- h) - Modulação digital 4FSK 12,5 kHz Data: 7K60F1D and 7K60FXD
12,5 kHz Voice: 7K60F1E and 7K60FXE
- i) - Combinação de voz e dados (12,5 kHz): 7K60F1W
- j) - Tipo de vocodificador digital AMBE +2
- k) - Protocolo digital ETSITS 102 361-1, -2, -3

8.1.5.2. RECEPTOR

- a) - Sensibilidade analógica: 0,3 uV 0,22 uV (typical)
- b) - Sensibilidade Digital 0,25 uV 0,19 uV (typical)
- c) - Intermodulação 75dB (UHF)
- d) - Seletividade de Canal 50 dB @ 12,5 kHz
75 dB @ 25 kHz*
- e) - Rechaço de espúrio (TIA603D) 75dBm,
- f) - Áudio Nominal 4 W (Interno)
7,5 W (Externo - 8 ohms)
13 W (Externo - 4 ohms)
- g) - Distorção de Áudio (típico) 3%
- h) - Interferência e ruído -40 dB @ 12,5 kHz / -45 dB @ 25 kHz
- i) - Resposta de Áudio TIA603D

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- j) - Emissões de Espúrias -57 dBm

8.1.5.3. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

- a) - 01 Transceptor móvel UHF 16 canais
- b) - 01 Microfone de Mão com tecla PTT,
- c) - 01 Antena 5/8 de onda 3db de ganho Faixa de operação 403/470 MH
- d) - 01 Cabo de alimentação
- e) - 01 Microfone de Mão
- f) - 01 Suporte de Fixação do Rádio

8.1.6. COMPOSIÇÃO DA ESTAÇÃO DE BASE FIXA DIGITAL 25 W UHF 64 CH

Visando atender a necessidade de comunicação da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, o equipamento de estação base fixa pretendido deverá proporcionar uma comunicação em modo digita e utilizar tecnologia TDMA. Sua operação deverá permitir chamadas por canal de repetição, ponto a ponto, deverá permitir a identificação do equipamento quando receber uma chamada através de um display alfa numérico.

O transceptor de base fixa deve possuir as características listadas abaixo:

ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

- a. 64 Canais
- b. Comunicações de voz
- c. Tela alfa/numérica
- d. Atende aos padrões de Rádio Móvel Digital (DMR)
- e. Atende às regras de Narrowbanding
- f. Classificação IP54
- g. Criptografia analógica
- h. Dimensões aproximadas: Largura x Profundidade x Altura (44 x 169 x 134 mm)
- i. Peso mínimo aproximado 1.3 Kg
- j. Faixa de Frequência: 403-470 MHz
- k. Espaçamento de Canais 12,5 kHz / 25 kHz
- l. Estabilidade de Frequência $\pm 0,5$ ppm
- m. Consumo de energia Stand by 0,81 A max
Recepção no áudio nominal 1-25 W: 11,0 A max
Transmissão 25-40 W: 14,5 A max

8.1.6.1. TRANSMISSOR

- a) - Espaçamento de canal 12,5 kHz / 25 kHz
- b) - Saída de Potência RF baixa potência 1 - 25W alta potência 25 - 40W (UHF)
- c) - Interferência e ruído em FM -40 dB @ 12,5 kHz / -45 dB @ 25 kHz
- d) - Emissões conduzida e irradiada -36 dBm < 1 GHz / -30 dBm > 1 GHz
- e) - Resposta de Áudio TIA603D
- f) - Distorção de Áudio 3%
- g) - Modulação FM 12,5 kHz: 11K0F3E
25 kHz*: 16K0F3E
- h) - Modulação digital 4FSK 12,5 kHz Data: 7K60F1D and 7K60FXD
12,5 kHz Voice: 7K60F1E and 7K60FXE
- i) - Combinação de voz e dados (12,5 kHz): 7K60F1W
- j) - Tipo de vocodificador digital AMBE +2
- k) - Protocolo digital ETSITS 102 361-1, -2, -3

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.1.6.2. RECEPTOR

- a) - Sensibilidade analógica: 0,3 uV 0,22 uV (typical)
- b) - Sensibilidade Digital 0,25 uV 0,19 uV (typical)
- c) - Intermodulação 75dB (UHF)
- d) - Seletividade de Canal 50 dB @ 12,5 kHz
75 dB @ 25 kHz*
- e) - Rechaço de espúrio (TIA603D) 75dBm,
- f) - Áudio Nominal 4 W (Interno)
7,5 W (Externo - 8 ohms)
13 W (Externo - 4 ohms)
- g) - Distorção de Áudio (típico) 3%
- h) - Interferência e ruído -40 dB @ 12,5 kHz / -45 dB @ 25 kHz
- i) - Resposta de Áudio TIA603D
- j) - Emissões de Espúrias -57 dBm

8.1.6.3. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

- a) - 01 Transceptor móvel UHF 64 canais
- b) - 01 Microfone de Mão com tecla PTT,
- c) - 01 Antena fixa tipo colinear G-6 6 db de ganho UHF Faixa de operação 403/470
- d) - 01 Fonte de Alimentação chaveada com Flutuador
- e) - 01 Bateria Estacionaria 45 amp
- f) - 01 Cabo de alimentação
- g) - 01 Suporte de Fixação do Rádio
- h) - 40 M de cabo RG 213
- i) - 40 M de seal tubo
- j) - 01 Kit aterramento clip on para rg 2013 3/8 790mm
- k) - 01 Adaptador dupla fêmea centelhador 51 mm(NA-42)
- l) - Conectores, suportes, rabichos, abraçadeiras e parafusos suficientes para a instalação.

8.1.7. COMPOSIÇÃO DA ESTAÇÃO PORTÁTIL BÁSICA DIGITAL 4W 16CH

Visando atender a necessidade de comunicação da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, o equipamento de estação portátil básica pretendido deverá proporcionar uma comunicação segura em modo digital e utilizar tecnologia TDMA. Sua operação deverá permitir chamadas por canal de repetição, ponto a ponto, receber chamadas privativas e terá que permitir sua identificação eletrônica e o roaming automático entre repetidoras.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- a) - 16 canais
- b) - 4 W de potência de saída
- c) - Programação via software
- d) - Bateria de Li-ion 1600mAh
- e) - Modo dual digital
- f) - Comunicações de voz
- g) - Modo direto de capacidade dual
- h) - Atende aos padrões de Rádio Móvel Digital (DMR)
- i) - Atende às regras de Narrowbanding
- j) - Classificação IP54
- k) - Criptografia analógica
- l) - Dimensões aproximadas: L x P x A (125, x 60,0 x 40,0 mm)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Peso (bateria padrão de Íon-Lítio Bateria de Li-ion 1600mAh): 341g Ciclo de Vida Médio de Duração 5/5/90* 10,5 horas (analogico) / 13,5 horas (digital) (bateria alta potência de Íon-Lítio)

- m) - Faixa de Frequência / 403-470 MHz
- n) - Espaçamento de Canais 12.5 / 20 / 25 kHz
- o) - Variação de Temperatura -30° a 60°C
- p) - Estabilidade de Frequência ± 0.5 ppm;

8.1.7.1 TRANSMISSOR

- a) - Saída de Potência: Potência Alta 5 W / Potência Baixa 1 W
- b) - Limite de Modulação: $\cdot\}2.5 @ 12.5\text{kHz} / \cdot\}4.0 @ 20\text{kHz}$
- c) - Zumbido e Ruído FM: -40 dB @ 12,5 kHz / -45 dB @ 20/25 kHz²
- d) - Emissões Conduzidas: -36 dBm < 1 GHz / -30 dBm > 1 GHz
- e) - Resposta de Áudio TIA603D
- f) - Distorção de Áudio 3% (típica)

8.1.7.2 RECEPTOR

- a) - Sensibilidade analógica (SINAD 12 dB): 0,3 uV / 0,22 uV (típica)
- b) - Sensibilidade digital: 0,25 uV / 0,19 uV (típica)
- c) - Intermodulação -70 dB
- d) - Selectividade - 45 dB @ 12,5 kHz / 70 dB @ 20/25 kHz²
- e) - Emissão espúria conduzida (TIA603D): -57 dBm
- f) - Rechaço de espúrio (TIA603D): 70 dB
- g) - Distorção de áudio em áudio nominal: 5% (3% típica)

8.1.7.3. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

- a) - 01 Rádio Transceptor portátil com 16 canais UHF (403-470 MHz)
- b) - 01 Licença para roaming de radio
- c) - 02 Bateria 1600 mAh, Li-Ion
- d) - 01 Carregador de baterias
- e) - 01 Base de Carga com tensão bivolt
- f) - 01 Antena Heliflex
- g) - 01 Clip de Cinto

8.1.8. MICROFONE DE MÃO COMPACTO

Microfone compacto de mão com alto falante remoto do mesmo fabricante da estação portátil básica descrita no item ESTAÇÃO PORTÁTIL BÁSICA DIGITAL 4W 16 CANAIS

8.1.9. COMPOSIÇÃO DA ESTAÇÃO PORTÁTIL BÁSICA I.S. DIGITAL UHF 32CH

Visando atender a necessidade de comunicação da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, o equipamento de estação portátil básica I.S. pretendido deverá proporcionar uma comunicação segura em ambiente com classificação de risco, com criptografia em modo digital e utilizar tecnologia TDMA. Sua operação deverá permitir chamadas por canal de repetição, ponto a ponto, e receber chamadas privativas devere possuir certificação para uso em área de risco.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- a) Banda de frequência UHF (403-470MHz)
- b) Capacidade de Zona 2
- c) Capacidade de canal 32

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- d) Possuir Botão Programável
- e) Dimensões mínimas aproximadas (A x L x P) 130,0 x 55,0 x 37,0 mm
- f) Peso aproximado com bateria de íon de lítio 405,0 g
- g) Fonte de alimentação 7.4 V Nominal
- h) Classificação de Gás ATEX / INMETRO classe II 2G ExIIBC T4 Gb IECEx: ExIIBC T4 Gb
- i) Classificação de Pó ATEX / INMETRO classe II 2D Ex IB IIIC T130°C Db IECEx: ExIbIIIC T130°C Db
- j) Classificação de Mineração ATEX / INMETRO Classe M2 ExIb I Mb IECEx: ExIb I Mb
- k) Classificação de Proteção Contra Entrada (IP) IP 67
- l) Duração mínima da bateria de íon de lítio modo digital 15 horas

8.1.9.1 RECEPTOR

- a) Espaçamento de canal 12.5/20/25KHz
- b) Estabilidade de frequência (-30°C, +60°C, +25°C) $\pm 0.5\text{ppm}$
- c) Sensibilidade analógica (SINAD 12 dB) típica 0,25uV (típica)
- d) Intermodulação (TIA603C) 70dB
- e) Seletividade de canal adjacente (TIA603A) -1T 60dB @ 12.5kHz / 70dB @ 20/25kHz
- f) Seletividade de canal adjacente (TIA603D) - 2T 45dB @ 12.5kHz / 70dB @ 20/25kHz
- g) Rechaço espúrio (TIA603D) 70dB
- h) Áudio nominal 0.5W
- i) Distorção de áudio em áudio nominal 5%, 3% (typical)
- j) Interferência e ruído -40dB @ 12.5kHz / -45dB @ 20/25kHz
- k) Resposta acústica TIA603C
- l) Emissão espúria conduzida (ETSI) -57dBm

8.1.9.2 TRANSMISSOR

- a) Espaçamento de canal 12.5/20/25KHz
- b) Estabilidade de frequência $\pm 0.5\text{ppm}$
- c) Potência de saída 1W
- d) Restrição de modulação $\pm 2.5\text{kHz}$ @ 12.5kHz / $\pm 4.0\text{kHz}$ @ 20kHz / / $\pm 5.0\text{kHz}$ @ 25kHz
- e) Interferência e ruído em FM -40dB @ 12.5kHz / -45dB @ 20/25kHz
- f) Emissão nominal /conduzida (ETSI) - 36 dBm < 1GHz, -30 dBm > 1GHz
- g) Potência de canal adjacente 60dB @ 12.5kHz / 70dB @ 20/25kHz
- h) Resposta acústica TIA603D
- i) Distorção de áudio 3%
- j) Modulação FM 4FSK - 12,5 kHz - 11K0F3E / 25 kHz: 16K0F3E

8.1.9.3. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

- a) 01 Transceptor 32 canais I.S. sem display –UHF
- b) 01 licença compatível ao sistema
- c) 01 Antena
- d) 01 Bateria
- e) 01 Base carregadora
- f) 01 Fonte de alimentação bi-volt p/ base carregadora
- g) 01 Estojo de couro c/ alça

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO III

MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

A empresa....., inscrita no CNPJ/CGC/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o(a) Sr(a),(citar o cargo), CREDENCIA o(a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., para representá-la perante a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, na licitação Pregão, nº ____/__, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IV

Declaração Prévia de Habilitação

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 14/2020

OBJETO: Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal.

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, situada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu _____ (representante legal / sócio / procurador), o (a) Sr.(a) _____ (nome), portador do RG _____ e CPF _____, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA** pleno atendimento aos requisitos de habilitação, estando ciente que, constatada a inveracidade de quaisquer das informações e/ou de documentos fornecidos, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO V

Modelo de Declaração de ME e EPP

PREGÃO Nº 14/2020

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2020.

(assinatura do representante legal)

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VI

Modelo de Declaração

REF.: Edital Pregão Presencial nº 14/2020

(Nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2020**, promovido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, que:

- a) não existem impedimentos para contratar com a Administração Municipal;
- b) para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- c) que se obriga a manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.
- e) Indicação de quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor:

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

(Local), ____ de _____ de 2.020.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Observação:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VII

Modelo de Atestado de Visita Técnica

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2020

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do CPF n. _____, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), ____ de _____ de 2020.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (PREFEITURA RIB. PIRES)

Cargo Completo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

REF.: Edital de Pregão Presencial nº 14/2020

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 2.3.1 do edital, que está ciente dos serviços a serem executados, e cumprirá o objeto do presente edital, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de CONTRATO.

(Local), ____ de _____ de 2020.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º ____/2020 QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DIGITAL DE TRANSMISSÃO DE VÓZ PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL

Termo de Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, denominada CONTRANTE e a empresa _____, denominada CONTRATADA, para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, oriundo do Pregão n.º 014/2020 e do Processo de Compras n.º 7028/2019.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Sr. José Luís Martins Navarro, e de outro lado a empresa _____, denominada CONTRATADA, estabelecida na Rua _____, bairro, cidade, estado, CEP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____._____/____-____, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade RG. _____ representante legal, perante as testemunhas ao final nomeadas, foi dito que vinham assinar o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a locar sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal, conforme descrição constante dos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. Com a execução dos serviços objeto do presente Termo de Contrato, a CONTRATADA receberá o valor mensal de R\$ _____(reais) , consoante de sua proposta de preços, inserta as fls. ____, bem como da fase de lance de preços, inserta às fls. ____, do Processo de Compras n.º 7028/19, perfazendo o valor total de R\$ _____(_____) para o presente Termo de Contrato.

2.2. Nos preços apresentados na proposta comercial deverão estar contemplados todos os custos diretos, indiretos e benefícios necessários à perfeita execução do objeto desta contratação.

2.3. As despesas com a contratação do presente Termo de Contrato será coberta com recursos classificados nas dotações orçamentárias sob números 3.3.90.39.00 06.181.0005.2.002.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da emissão de nota fiscal.

3.2. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

3.3. A Fatura/Nota Fiscal que apresentar-se com erro será devolvida a CONTRATADA para verificação e reapresentação e implicará na suspensão da contagem de prazo para fins de pagamento.

3.4. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será iniciada a contagem de prazo de 05 (cinco) dias, somente após a regularização da documentação fiscal.

3.5. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da “ordem de serviços” emitida pela Secretaria Requisitante, órgão fiscalizador dos serviços, podendo ser prorrogado, a critério da PMETRP, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei 8.666/93.

4.1.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período contratual de 12 (doze) meses. Após esse período, caso necessário, poderá ocorrer prorrogação e os preços poderão ser objeto de atualização financeira, desde que a prorrogação não ocorra por culpa da contratada, hipótese, na qual, será aplicada o IPC-FIPE/USP.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A prestação dos serviços, objeto desta avença, será executado diretamente e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito.

5.2. A CONTRATANTE emitirá a “ordem de serviço” no prazo de 10 (dez) dias úteis antes da disponibilização do equipamento.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.3. O equipamento deverá estar em ÓTIMO estado de conservação e que atenda as especificações mínimas contidas no Termo de Referência (ANEXO II).

5.4. A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos/suprimentos necessários.

5.5. A CONTRATADA deverá providenciar manual técnico (em português) do equipamento locado.

5.6. A CONTRATADA deverá prestar manutenção preventiva e corretiva (com prazo máximo de atendimento de 48 horas após abertura do chamado), bem como realizar todas as etapas de instalação, configuração, ajuste, teste e treinamento nos diversos níveis técnicos operacionais envolvendo o projeto, sem custos adicionais, que serão definidos em comum acordo entre as partes. E serão sempre acompanhados por um representante do Setor.

5.7. Caso haja necessidade de troca de peças, todos os custos serão por conta da empresa contratada. Nos casos de substituição do equipamento, esta deverá ser feita no prazo máximo de 48 horas, na qual será fornecido equipamento com as mesmas configurações ou superior.

5.8. A CONTRATADA deverá emitir relatório dos serviços prestados para efeito de pagamento, com aprovação do setor competente da Contratante.

5.9. Todas as despesas com mão de obra, manutenção preventiva e corretiva da impressora, seguros em geral, de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal, e ainda as inerentes aos serviços contratados, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

6.1.2. Responder, civil e criminalmente por todos os danos perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

6.1.3. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela CONTRATANTE, que serão fornecidas por escrito, desde que não infrinjam qualquer condição contratual.

6.1.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

6.1.5. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.

6.1.6. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.7. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do originalmente contratado.

6.1.8. Responsabilizar-se-á, direta e exclusivamente, pelo equipamento, objeto deste contrato, respondendo por seus empregados e prepostos, nos termos da Lei, por todos os danos e prejuízos que, na execução dos serviços, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar a Prefeitura ou a terceiros, devendo, especialmente:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.1.8.1. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou avarias causados pelos seus empregados ou prepostos;

6.1.9. Todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva da impressora são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

6.1.10. Disponibilizar a impressora, de acordo com as instruções estabelecidas pela Prefeitura, em consonância com o conteúdo da proposta apresentada na Licitação.

6.1.11. Fica a CONTRATADA, obrigada a manter todas as condições da habilitação, durante todo o prazo de execução contratual.

6.1.12. A impressora apresentada na proposta comercial da CONTRATADA, fica vinculada ao cumprimento do Contrato, só podendo ser substituída com a prévia autorização da Administração.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Aprovar as faturas referentes aos serviços executados;

6.2.2. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Terceira;

6.2.3. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

6.2.4. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

7.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha à CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

7.1.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.1.3. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.1.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

8.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

8.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

8.1.4. Atraso injustificado no início dos serviços;

8.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

8.1.6. Sub-contratação total ou parcial do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

8.1.7. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

8.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

8.1.9. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

8.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

8.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

8.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

8.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

8.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

8.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE, de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido;

8.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras ou serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

8.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando sofridos por esta.

8.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências:

8.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

8.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

8.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

8.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

8.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação;

CLÁUSULA NONA – DA RENUNCIA DE DIREITOS

9.1. O não exercício por parte da CONTRATADA de qualquer direito ou faculdade a mesma concedida no presente Termo de Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR

10.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de licitação do **Pregão n.º 014/2020** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. ____ do Processo de Compras n.º 7028/19.

11.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE _____ DE 2020.

JOSÉ LUIS MARTINS NAVARRO
Secretário de Segurança Urbana

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG: _____

2) _____
RG: _____

Anexo X

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Contratação de empresa para locação de sistema digital de transmissão de voz para uso da Guarda Municipal.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXO XI

**DECRETO DE NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE
APOIO**